

## A PSICOLOGIA E O DIREITO COMO MECANISMOS DO ESTADO MODERNO

**José Luiz Quadros de Magalhães**

Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais – Minas Gerais - Brasil  
 Professor da UFMG, PUC Minas e FADISA de Montes Claros/MG  
 Coordenador da Região Sudeste da Rede pelo Constitucionalismo Democrático Latino-americano  
 e-mail: jlqmagalhaes@gmail.com

**Hugo Baracho de Magalhães**

Bacharel em Direito pela PUC Minas – Minas Gerais - Brasil  
 Graduando em Psicologia pela Universidade FUMEC – Minas Gerais - Brasil  
 e-mail: ceede@uol.com.br

**Recebido em:** 15/02/2016

**Aprovado em:** 01/04/2016

### RESUMO

Pretende-se demonstrar, neste trabalho, que o atual Estado Democrático de Direito, em suas raízes, não foi destinado para todos e que a psicologia se apresenta e é utilizada, também, como um aparato na criação de mecanismos de manutenção do poder, assim como pode atuar, também, de forma sutil, na construção da subjetividade dos indivíduos, fazendo com que estes questionem e policiem a si mesmos, desconstruindo e reconstruindo as crenças e costumes destes sujeitos, tornando-os mais dóceis para aceitar a dinâmica da vida centrada no capital. Para tanto, analisa-se a construção do Estado Moderno e o surgimento da psicologia como Ciência Humana e da Saúde, passando pela história da criação das prisões, da doença mental, dos manicômios, da psiquiatria com a proposta de um estudo científico das doenças mentais, para então chegarmos ao surgimento da psicologia e de suas abordagens, a fim de visualizar como a psicologia tem sido aplicada ao longo de seus anos de existência, atuando de forma limitada, com o objetivo de enquadrar certos sujeitos no parâmetro da normalidade e, por outro lado, excluir aqueles que não se mostrarem coerentes com o padrão.

**Palavras-chaves:** Psicologia. Estado Moderno. Normalidade. Manutenção-poder.

### PSYCHOLOGY AND THE LAW AS MODERN STATE MECHANISMS

### ABSTRAT

The aim is to demonstrate, in this work, the current democratic State of law, in its roots, was not intended for everyone and that psychology is presented and is used also as an apparatus in the creation of mechanisms for maintaining the power, so how can act, too, subtly, in the construction of subjectivity of individuals, making these question and police hot themselves , Deconstructing and reconstructing the beliefs and customs of these subjects, making them

more docile to accept the dynamics of life centered on the capital. To this end, the construction of the modern State and the emergence of psychology as a human science and health, through the story of the creation of prisons, mental disease, mental institutions, of Psychiatry with the proposal for a scientific study of mental illness, so we get to the emergence of psychology and of their approaches in order to show how psychology has been applied throughout its years of existence , acting in a limited way, in order to fit certain subjects in the parameter of normality and, on the other hand, exclude those who do not show consistent with the standard.

**Keywords:** Psychology. Modern State. Normality. Maintaining power.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é buscar compreender o processo de formação do Estado Moderno em que vivemos, enfatizando o papel do Direito e do conhecimento “Psi” para sua construção e manutenção. Para compreendermos como a Psicologia atua dentro do Estado Moderno, primeiro temos que entender o conceito de modernidade, seu processo de construção e de desenvolvimento.

Para iniciar nossa análise histórica sobre a formação do Estado Moderno, tem-se a data simbólica de 1492. Esse ano foi caracterizado por três eventos marcantes que deram início ao processo de formação do Estado Moderno: a invasão dos europeus nas Américas, a derrota de Granada e a expulsão dos muçulmanos e a primeira gramática normativa do Castelhana, que marca o processo de dominação ideológica e o controle do pensar. Como consequência desses eventos, iniciou-se a construção de um sentimento que mais tarde virá a ser chamado de nacionalismo e com este, a ideia do direito moderno uniformizado e uniformizador; o exército nacional; o banco nacional; a bandeira nacional; o hino nacional; a moeda nacional; a polícia; a burocracia estatal; o liberalismo; o capitalismo; o socialismo; o fascismo e o nazismo; o trabalho científico; o padrão científico; as ciências humanas, exatas e biológicas; entre outras ideias que irão auxiliar o Estado Moderno se afirmar.

Entretanto, para o que servem todos esses institutos sociopolíticos? Qual o objetivo da construção de um Estado Moderno? Ora, o Estado Moderno foi planejado e construído em uma época de revoltas dos servos, com o objetivo de proteger os interesses da nobreza, do rei e da burguesia. Esse Estado é esboçado por meio de uma aliança entre estes três para se protegerem da revolta dos servos na época. Sob a proteção do Rei, a burguesia acumulou poder econômico, passando a desejar o poder político. Esse é o momento das revoluções burguesas, dentre elas a Revolução Francesa, responsáveis pela formação do Estado Constitucional.

A finalidade das Constituições liberais foi de trazer segurança para os negócios burgueses, com a intenção de evitar a intervenção do rei (Estado). Portanto, assim como o Estado moderno (na forma absolutista) tinha como finalidade a proteção dos interesses dos nobres, dos burgueses e do rei, a finalidade do Estado constitucional (moderno) é principalmente defender os interesses da burguesia. Por meio da Constituição, a burguesia conseguiu afastar a intervenção do Estado em seus negócios privados, garantindo assim a segurança individual e a propriedade privada dos homens brancos e proprietários. O constitucionalismo não nasceu democrático. Em sua versão liberal rejeitava a democracia. A ideia de democracia majoritária será incorporada pelas constituições, a partir da luta do operariado no século XIX.

O Estado Moderno criou diversos aparatos responsáveis pela manutenção e reconhecimento de seu poder. Afinal, o território correspondente à soberania estatal engloba uma pluralidade de culturas, etnias e subjetividades, que não se identificam com a finalidade da atuação estatal. Diante desse contexto, percebe-se a necessidade de um estudo que analise microrrelações de poder. Isso é necessário para que se possa fazer um estudo da função que certas instituições têm exercido na manutenção do poder. É necessário desocultar técnicas e artifícios que atuam em prol da uniformização.

Será a partir dessa afirmativa, que iremos desenvolver a primeira parte deste artigo. O foco será na construção do Estado Moderno, passando pelos pontos mais importantes para entendermos que o atual Estado Democrático de Direito, em suas raízes, não foi destinado para todos.

Na segunda parte deste artigo, iremos focar o surgimento da psicologia como Ciência Humana e da Saúde. Mas, para isso passaremos pela história da criação das prisões, da doença mental, dos manicômios, da psiquiatria com a proposta de um estudo científico das doenças mentais, para, então, chegarmos ao surgimento da psicologia e de suas abordagens.

Por fim, estudaremos como a psicologia tem sido aplicada ao longo de seus anos de existência, atuando de forma limitada, com o objetivo de enquadrar certos sujeitos no parâmetro da normalidade e, por outro lado, excluir aqueles que não se mostrarem coerentes com o padrão.

Finalmente, queremos demonstrar que a psicologia se apresenta e é utilizada, também, como um aparato recente na criação de mecanismos de manutenção do poder, assim como pode atuar, também, de forma sutil, na construção da subjetividade dos indivíduos, fazendo com que estes questionem e policiem a si mesmos, desconstruindo e reconstruindo as crenças

e costumes desses sujeitos, tornando-os mais dóceis para aceitar a dinâmica da vida centrada no capital.

## 2 A FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

Para darmos início ao estudo da formação dos Estados modernos, devemos passar pela parte histórica de sua formação. O cenário é a Idade Média, no Ocidente Europeu, marcada, principalmente, pela fragmentação do território, ocasião em que os nobres possuíam o poder nos seus territórios, resultando uma considerável diminuição do poder real. Nesse período, surgiu um grupo social resultante do comércio emergente nas cidades que gradualmente passou a rivalizar em grau de importância com a nobreza.

No final da idade média a situação da nobreza não era nada confortável, vários nobres haviam descuidado de seus territórios para lutar nas cruzadas, e ao voltarem, encontraram suas terras sem cultivo e grande parte de seus servos haviam se revoltado com a exploração e os maus tratos, o que se tornou um evento em cadeia, resultando em rebelião. Como seus exércitos estavam reduzidos após a Guerra Santa, a nobreza recorreu ao rei, abrindo mão de parte de seus privilégios em troca da defesa de suas terras. (BRAICK; MOTA, 2007).

Para a burguesia, interessava a unificação do território, unificando também as leis de comércio, as moedas e os padrões de pesos e medidas. Além disso, interessava à burguesia a proteção do rei em relação aos seus comércios, uma vez que com a revolta dos servos viram-se saqueados diversas vezes. O rei foi fortalecido pela injeção de capital fornecida pelos burgueses e pela submissão da nobreza, vez que esta cedeu a autonomia de suas terras visando à centralização do poder. Foi assim que entre os séculos XII e XV várias monarquias se consolidaram. (BRAICK; MOTA, 2007).

Entretanto, não bastava ao rei unificar suas terras e a moeda, era necessário que o povo que ali residia se sentisse parte dessa unificação, ou melhor, que o povo reconhecesse e respeitasse o poder monárquico. Sendo assim, o rei necessitava padronizar, uniformizar as pessoas e grupos étnicos que constituíam sua população, composta em grande parte por camponeses e servos. Portanto, no final do século XV se iniciara o movimento de criação da identidade nacional, extremamente importante para a centralização do poder e para a criação de instituições modernas, utilizadas até os dias de hoje.

Acontece que para legitimar a centralização do poder, era necessário contar com o mecanismo, que Althusser (1996) irá citar de Marx, chamados de *Aparelhos de Estado*, que representa a institucionalização do governo, dos ministérios, do exército, da polícia, dos

tribunais, dos presídios etc., que constituem o que Althusser (1996) irá chamar mais tarde de *Aparelho Repressivo de Estado*. O autor adiciona ao conceito marxista a palavra "repressivo" uma vez que estes Aparelhos de Estado atuam por meio da violência, sendo ela manifestada de forma física ou moral.

Para compreender o poder do Estado Moderno é de grande importância destacar outra ideia proposta pelo autor: a ideia de *Aparelhos Ideológicos de Estado*. (ALTHUSSER, 1996).

Os Aparelhos Ideológicos de Estado consistem em "[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas" (ALTHUSSER, 1996, p. 114). Por instituições distintas e especializadas, que serão criadas e desenvolvidas nestes últimos 500 anos modernos, temos como exemplo a religião, a escola (tanto pública quanto particular), a família, o jurídico, o político, o sindical, a informação (jornal, rádio, televisão), a cultura, entre outros.

Para uma melhor compreensão dos aparelhos estatais acima dispostos, importante elucidar as principais diferenças entre ambos. Primeiramente, Althusser (1996) destaca que há somente *um* Aparelho Repressivo de Estado, ou seja, este é unificado sob responsabilidade estatal. Por outro lado, os Aparelhos Ideológicos de Estado se referem a uma pluralidade de instituições especializadas.

Em seguida, o autor constata que enquanto o Aparelho Repressivo de Estado pertence exclusivamente ao domínio público, os Aparelhos Ideológicos pertencem, em sua grande maioria, ao domínio privado. Porém, diante dessa afirmação, surge a seguinte pergunta: como podemos caracterizar instituições privadas como Aparelhos Ideológicos de Estado? Althusser (1996) se cuidou de responder tal questão da seguinte forma:

A distinção entre o público e o privado é uma distinção interna ao direito burguês, e válida nos domínios (subalternos) em que o direito burguês exerce sua 'autoridade'. O domínio do Estado lhe escapa, por estar 'além do Direito': o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é público nem privado; ao contrário, é a condição para qualquer distinção entre público e o privado. (ALTHUSSER, 1996, p. 115).

Diante dessa afirmação, nota-se o uso ideológico da distinção entre público e privado para se referir aos Aparelhos Ideológicos de Estado. O primordial na observação dessa categoria é o seu funcionamento. Uma instituição privada pode perfeitamente funcionar em prol dos interesses da classe detentora do poder estatal, assim como o Estado pode funcionar em favor de instituições privadas. Aliás, a classe que controlou historicamente o Estado detém o poder econômico privado.

Entretanto, a principal diferença entre ambos a ser destacada é o funcionamento destes "Aparelhos de Estado". O autor nos diz que tanto um quanto outro "Aparelho de Estado"

funcionam ao mesmo tempo pela violência e pela ideologia, mas apresentam uma distinção muito importante para melhor compreendê-los e distingui-los.

O Aparelho Repressivo de Estado funciona predominantemente pela violência, e em segundo plano, pela ideologia. A título de exemplificar, nota-se que a polícia ou o exército nacional atuam em prol de uma ideologia comum, "[...] tanto para sua própria coesão e reprodução quanto nos 'valores' que propõem para fora." (ALTHUSSER, 1996, p. 116).

Por outro lado, invertendo a lógica proposta acima, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam predominantemente pela ideologia, mas também, em segundo plano, atuam pela repressão. A partir desta afirmação, ao observar o funcionamento de escolas e igrejas, por exemplo, nota-se que estas também usam de métodos institucionalizados de punição, expulsão, seleção etc., com o objetivo de disciplinar tanto os membros internos das instituições, aqueles que lá atuam, quanto os membros que frequentam tal instituição. Se fizermos uma análise mais minuciosa de outros Aparelhos Ideológicos de Estado, como a família, a cultura, a informação, entre outros, notaremos que todas elas usam de métodos para uniformizar seus integrantes.

Para concluir, é importante entender o conceito de *ideologia*, vez que esta é o principal mecanismo utilizado pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. Dessa forma, Althusser (1996) propõe sua tese sobre a ideologia, fundamentada no livro *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, no qual os autores defendem que "[...] a ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, isto é, como o nada. Toda sua realidade lhe é externa" (ALTHUSSER, 1996, p. 124). Ao afirmar que toda a realidade da ideologia é externa, pode-se concluir que a história da ideologia lhe é externa, ou seja, a única história que se pode atribuir à ideologia é a história dos sujeitos que a vivem.

Entretanto, Althusser (1996) encara a afirmação de que a ideologia não tem história, proposta pela *A ideologia alemã*, como uma tese puramente negativa, vez que no contexto de tal obra isso significa:

1. que a ideologia não é nada, na medida em que é puro sonho (fabricado sabe-se lá por qual poder, ou pela alienação da divisão do trabalho, mas também essa é uma determinação negativa);
2. que a ideologia não tem história, o que não significa, decididamente, que nela não haja história (muito pelo contrário, pois ela é meramente o reflexo pálido, vazio e invertido da história real), mas que ela não tem uma história própria. (ALTHUSSER, 1996, p. 125).

Sendo assim, o autor formalmente adota a ideia de que a ideologia em geral não tem história, porém, discorda, ao levar essa afirmação para um lado mais positivo, ao contrário do que foi exposto acima. Para Althusser (1996) a ideologia tem uma estrutura e um

funcionamento que a caracteriza como uma realidade *a-histórica*, ou seja, uma realidade *anti-histórica*. Dessa forma o autor afirma que a ideologia é *eterna*, esclarecendo que por *eterno*, não se deve entender transcendente a toda história, e sim *onipresente, trans-histórico*, sendo assim, "imutável em sua forma em toda a extensão da história" (ALTHUSSER, 1996, p. 125).

Diante do raciocínio exposto, Althusser (1996) propõe duas teses distintas sobre a ideologia. A primeira delas seria "[...] A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (ALTHUSSER, 1996, p. 126). Portanto, quando se faz uma análise das ideologias religiosas ou jurídicas, pode-se concluir que tais ideologias são vistas como diferentes visões de mundo, ou melhor, a menos que o sujeito faça parte de uma destas ideologias e que acredite fielmente em seu Deus, ou em sua Justiça, os demais que não fazem parte desses grupos irão concordar que essas crenças são "concepções de mundo", no qual, são visões imaginárias de mundo, ou seja, não correspondem à realidade em si.

Todavia, apesar dessas visões de mundo não serem fiéis à realidade, pode-se dizer que estas se referem efetivamente à realidade do sujeito. Ou seja, o que os indivíduos internalizam para si na ideologia, não corresponde às circunstâncias reais de suas existências, mas, por outro lado, o que os homens representam para si na ideologia perpassa pela subjetividade de tal ou qual indivíduo. Sendo assim, a ideologia representa a visão do sujeito perante suas condições reais de existência. Nas palavras do autor: "O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem" (ALTHUSSER, 1996, p. 128).

A segunda tese proposta por Althusser (1996) é que *A ideologia tem uma existência material*. Essa afirmação sugere que a existência ideal ou espiritual das ideias tem suas raízes exclusivamente em uma ideologia da ideia. O fundamento dessa ideologia das ideias parece ser encontrado no surgimento das ciências, no qual os praticantes da ciência representam para si (assim como a ideologia de um sujeito é a representação deste diante das relações reais em que vivem) o conceito de ideologia.

Portanto, ao afirmar que a ideologia tem uma existência material, o autor não está se referindo a uma exigência material como a de uma pedra ou de um edifício, mas, o que Althusser (1996) se refere, é a uma existência material em diferentes modalidades, podendo ser expressada por meio de uma pluralidade de formas.

Tomaremos como exemplo para melhor elucidar a materialidade da ideologia um sujeito que acredita na religião. Sabemos que essa crença é resultado de um conjunto de ideias

deste sujeito, nas quais servirão de embasamento para que o indivíduo em questão fundamente sua decisão de acreditar na religião, seja ela qual for. Acontece que, ao fundamentar sua crença com suas próprias ideias, o sujeito escolhe livremente por ser adepto àquela ideia. Em consequência, o comportamento deste sujeito irá naturalmente ser de acordo com tal ideia.

O sujeito em questão, ao escolher livremente seguir a ideologia religiosa, irá começar a participar de práticas religiosas. Portanto, irá começar a ir à igreja, participar de cultos, se confessar, se ajoelhar, rezar, pedir perdão, fazer penitência, e assim por diante. Do mesmo modo, se um sujeito escolhe através de sua plena consciência acreditar na Justiça, este irá se comportar de acordo com sua crença, ou seja, obedecerá sem questionamentos às normas do Direito, inclusive, tomando atitudes quando se deparar com uma situação em que tais normas foram violadas, assinando petições, participando de manifestações etc.

Portanto, todo sujeito que usa de sua consciência, confiando nas ideias que ela te propõe para fundamentar livremente uma crença, naturalmente irá agir de acordo com suas próprias ideias. Dessa forma, a existência de ideias que formam uma crença é material, "[...] pois suas ideias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito" (ALTHUSSER, 1996, p. 130). Sendo assim, conclui-se que a existência das ideias está inscrita nos atos de tal ou qual sujeito, em que, devido sua relação com as condições reais de sua existência, escolhe livremente por acreditar em uma ideia.

Por fim, por meio do raciocínio exposto, tem-se que a condição de existência da ideologia é o *sujeito*, vez que este é responsável por realizar os atos materiais que consolidam a existência da ideologia. Mas, ao mesmo tempo em que o sujeito é a condição de existência da ideologia, o inverso também é verdadeiro, ou seja, a ideologia é a responsável por transformar indivíduos concretos em sujeitos. (ALTHUSSER, 1996).

Nesse ponto, percebe-se a importância da criação de aparelhos ideológicos e repressivos para a consolidação do projeto de Estado moderno. Afinal, ao incorporar a esse projeto aparelhos ideológicos como a religião, a escola, a jurisdição nacional e até mesmo o nacionalismo (conceito que irei trabalhar mais adiante), cria-se assim um padrão de comportamento daqueles que se identificam com tais ideologias, garantindo a ordem e a paz para a soberania do rei (do Estado) e o comércio da burguesia (e dos ganhos do Capital). Por outro lado, aqueles que não se identificassem com os Aparelhos Ideológicos de Estado estariam ameaçando a paz e a ordem, o que justificaria a necessidade dos Aparelhos Repressivos de Estado como o exército nacional, a polícia nacional, os presídios e os

manicômios, que irão atuar reprimindo aqueles que não se identificassem com as ideologias da classe detentora do poder estatal.

Sendo assim, fica claro que os Aparelhos Ideológicos de Estado tiveram e continuam tendo nos dias de hoje, o objetivo de uniformizar os diversos povos para que eles se tornem cidadãos nacionais. Porém, o principal mecanismo ideológico que iremos destacar ao longo deste trabalho se chama ciência. Mais adiante, iremos observar como a ciência, com seus argumentos embasados em modelos uniformizadores e crenças universais, irá atuar para a manutenção do poder do Estado Moderno.

## 2.1 A identidade nacional

Após uma breve análise histórica e política da formação do Estado moderno, percebe-se que, antes deste fato histórico, não havia como se falar em Estado nacional.

Pode-se dizer que o nacionalismo, em termos filosóficos, nunca gozou de muitos pensadores próprios. O grande problema se encontra na naturalização do nacionalismo, ou seja, de modo geral o nacionalismo se tornou parte inquestionável da identidade dos indivíduos, assim como a idade, o gênero, a cor e, até mesmo, o nome.

Diante disso, Benedict Anderson (2008) propõe uma análise do conceito de nação do mesmo modo que se trata o “parentesco” ou a “religião”, negando da mesma forma uma análise ao lado do “liberalismo” ou do “fascismo”. Sendo assim, o autor propõe a seguinte definição de nação: “[...] uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” (ANDERSON, 2008, p. 32).

Portanto, pode-se dizer que a nação é *imaginada* na medida em que independente do território nacional em questão, pode ser a menor das nações ou a maior das nações, os membros daquele território jamais conhecerão, encontrarão ou até mesmo se identificarão com a totalidade de seus companheiros nacionais. Entretanto, todos esses membros possuem uma nítida convicção de comunhão entre todos. (ANDERSON, 2008).

Conceitua-se nação de *limitada*, uma vez que mesmo a maior das nações, que agregue um número absurdo de habitantes, se vê restrita às suas próprias fronteiras. Nenhuma destas idealiza atingir seus limites na totalidade da humanidade, nem mesmo as nações mais gananciosas pretendem um dia agregar todos os seres humanos. (ANDERSON, 2008).

Por fim, a nação é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente dos conflitos internos, das explorações e preconceitos existentes dentro dela, a nação sempre é motivo para uma identificação de todos seus habitantes, sejam eles quem forem. De fato, esta

identificação possibilitou que milhões de pessoas não só matassem como também morressem por essas criações imaginárias e limitadas. (ANDERSON, 2008).

Sendo assim, nota-se que o processo de formação do Estado moderno não poderia se concretizar sem que também fosse implantada a ideia de nação como uma identidade inerente ao sujeito. Ou seja, para que a soberania do Estado fosse eficaz, era preciso que os sujeitos fossem parte daquele Estado, que as pessoas se sentissem partícipes daquela soberania nacional, e para isso foram criados costumes e tradições na qual, para pertencerem àquele Estado soberano, todos deviam compartilhar destes. Quem não compartilhasse desta identidade nacional era expulso, morto ou excluído do convívio social.

### **3 A ATUAÇÃO DO ESTADO MODERNO NA NORMALIZAÇÃO DOS SUJEITOS**

A identidade nacional criada para unificar certa parte da população, era, e ainda é, divergente de crenças e costumes de outros povos. Sendo assim, estes que divergiam da padronização nacional não iriam reconhecer o poder central do Estado que estava se formando em meados do século XV.

Alguns anos depois, o Estado diante desse conflito irá criar meios de excluir socialmente os grupos sociais e pessoas que não se encaixassem na perspectiva moderna, criando-se, assim, os presídios e os manicômios.

#### **3.1 O surgimento dos presídios**

A análise histórica e social das prisões como medida institucional do Estado para coerção e exclusão, se mostra de extrema importância em nosso estudo, para entendermos como esta medida foi eficaz para promover uma higienização do panorama social, visando a preservar a implementação de um Estado Nacional.

Apesar de parecer estranho para grande parte das pessoas, a pena privativa de liberdade é uma invenção histórica recente. Isso ocorre devido à naturalização da ideia de encarceramento, já que a prisão atualmente se apresenta, ideologicamente (no sentido negativo), como medida indispensável e imutável para coerção estatal.

Ocorre que, até o século XVIII há registros de confinamentos que serviam principalmente para deter os suspeitos, ou os culpados por crimes que aguardavam a administração de sua sentença. Portanto, nessa época, as penas não visavam à privação de liberdade, e sim diversos tipos de castigos corporais, como chicotadas, marcas de ferro,

mutilação, e até mesmo a morte com ou sem tortura. Essas penas eram complementadas pelo banimento do sujeito, ou pela condenação a trabalhos forçados.

Em seu livro “As duas faces do gueto”, Loïc Wacquant (2008) apresenta a seguinte ideia:

Só com o advento da individualidade moderna, a qual, supõe-se, deve desfrutar de liberdade pessoal e ser dotada de um direito natural à integridade física (que não pode ser retirado nem pela família nem pelo Estado, exceto em casos extremos), é que privar pessoas de sua liberdade tornou-se uma punição em si mesma e uma sentença criminal por excelência. Isso se deu a um tal ponto que se tornou difícil conceber ou implementar outras sanções penais sem que parecessem pouco severas. Lembrarmos que a prisão é uma instituição bastante jovem na história da humanidade é reiterar a ideia de que seu crescimento e sua permanência não são coisas já definidas. (WACQUANT, 2008, p. 95).

Uma vez normalizada a ideia de encarceramento como sanção criminal, este pode ocupar, simultânea ou sucessivamente, algumas funções. A primeira delas, definida pelo sociólogo Claude Faugeron e citada por Wacquant (2008, p. 95), é o que ele chama de “encarceramento de segurança”, no qual visa impedir que indivíduos considerados socialmente perigosos causem danos à sociedade; outra função, de extrema importância no conteúdo deste trabalho, é o “encarceramento de diferenciação”, que consiste em excluir grupos sociais considerados indesejáveis no contexto histórico. Percebe-se aqui a prisão como medida institucional qualificada para o processo de uniformização, fundamental para o reconhecimento do poder do Estado Nacional em processo de formação e expansão, em meados do século XVIII. Por fim, tem-se o “encarceramento de autoridade”, cujo objetivo é reafirmar a soberania estatal, que por sua vez também é muito útil para a afirmação da identidade nacional.

Essa diversidade de funções do encarceramento não impede que uma predomine sobre a outra para satisfazer às necessidades daqueles que se encontram no poder. Sendo assim, percebemos, com certa frequência nos dias de hoje, o uso do “encarceramento de diferenciação” nos países europeus, aplicado continuamente a estrangeiros não-europeus, que são encarados como parasitas no corpo social de uma Europa civilizada. Já nos Estados Unidos da América, apesar de localizarmos com frequência o uso do “encarceramento de diferenciação” a aqueles imigrantes mexicanos que buscam por uma vida melhor nesse território, o uso mais frequente deste instrumento é destinado aos “guetos negros como um instrumento de controle e contenção de populações consideradas castas inferiores, com as quais não se deve misturar.” (WACQUANT, 2008, p. 96).

### 3.2 A constituição histórica da doença mental

Para uma doença ser reconhecida como tal é importante que se faça uma análise sociocultural dos valores e costumes daquele meio. Cada cultura irá embasar o diagnóstico de doença mental nas virtudes antropológicas que aquele sujeito negligencia ou reprime. Sendo assim, em um cenário como o já descrito ao longo deste trabalho, o conceito de doença mental será embasado em uma cultura criada para proliferar a circulação do capital.

Segundo Foucault, citado por Gonçalves (1998, p. 124), a loucura recebeu o nome de doença mental em uma época relativamente recente. Importante destacar aqui que a época citada por Foucault é a virada do século XVIII ao século XIX, mesma época destacada anteriormente na criação das prisões. Entretanto, antes do século XIX a loucura assumia posições bastante diferenciadas ao longo da história.

No século XV, a loucura é presenciada de forma livre, ela faz parte do cenário social, era para cada um uma experiência cotidiana que se procurava mais ressaltar do que reprimir. Como exemplo, há na França loucos famosos, por meio dos quais o público, de forma geral, gostava de se expressar. Alguns escreviam livros que foram publicados e lidos como obras da loucura. Apesar de se poder afirmar que, até cerca de 1650, a cultura ocidental encarava de forma mais aberta a interpretação da loucura. Ainda no século XV, a Espanha e, em seguida, a Itália criaram estabelecimentos direcionados aos loucos, onde o tratamento era inspirado em grande parte na medicina árabe. Porém, à exceção de episódios isolados como esses, a grande parte dos loucos circulavam livres pelas cidades (GONÇALVES, 1998).

Foucault (2012) identifica a “idade clássica” (século XVII e XVIII) o momento em que houve uma ruptura entre a razão e a desrazão. Essa época foi a que o filósofo chamou de “A grande internação”. Criaram-se, por toda parte da Europa, asilos para a internação não só dos loucos, mas de todos os sujeitos que não eram úteis ao modelo de sociedade vigente, ou seja, os pobres, os velhos na miséria, os mendigos, os desempregados, os portadores de doenças venéreas, os libertinos de todas as espécies, pessoas a quem a família ou o poder real queriam evitar um castigo público, pais de família dissipadores, eclesiásticos em infração. Enfim, todos aqueles que são divergentes ou inúteis para a ordem econômica, social e moral. Foucault (2012) cita como referência o édito do rei da França, que em 1676, determinou a criação de um Hospital Geral em cada cidade do reino (GONÇALVES, 1998).

Esses asilos não possuíam nenhum tipo de foco médico ou terapêutico para a ressocialização do sujeito, eram apenas depósitos de pessoas que, por culpa ou não, eram incapazes de produzir, circular ou acumular riquezas, e por isso não tinham lugar na

sociedade. Nos hospitais gerais os indivíduos eram submetidos a trabalhos forçados, no qual os objetos produzidos eram vendidos no mercado a preços baixos para que o lucro então fizesse o hospital funcionar.

Em um contexto burguês como o da Europa, a partir do século XV, o grande pecado capital era o ócio. Essas pessoas foram excluídas e depositadas em um asilo pelo simples fato de não serem úteis ao mercado de trabalho e, portanto, ociosas. O internamento nas suas origens e no seu sentido primordial está ligado diretamente à higienização do espaço social.

Essa primeira função do internamento, ignorar e silenciar os divergentes, não durou mais de um século. A partir do meio do século XVIII a situação começou a mudar. A Revolução Francesa foi responsável pelo combate a diversas práticas dessa época. Sendo assim, inclusive o internamento foi combatido como símbolo da antiga opressão, restringindo na medida do possível a internação hospitalar como medida cabível para uma classe miserável. Procurou-se uma forma de auxiliar financeiramente e medicinalmente os pobres em suas próprias casas, evitando com que este fosse hospitalizado sem nenhum motivo plausível.

Entretanto, com os loucos era diferente, uma vez que restituídos ao convívio social, estes poderiam se tornar perigosos para a sociedade. Sendo assim, havia a necessidade de contê-los, e as casas de confinamento se tornaram, então, reservadas apenas aos loucos, estes se tornaram sucessores naturais das velhas medidas de exclusão da diferença. O confinamento dos loucos passa a ganhar novas atenções, não se tratava mais de apenas uma ruptura entre razão e desrazão, agora se tratava de um equilíbrio entre exclusão e cuidados médicos.

Vale lembrar que o contexto em que a psicologia ganha espaço, era uma época em que prevalecia a intolerância em relação a diferença e objetivava-se a criação de uma identidade comum, de um sentimento de nação. O louco por se diferenciar da forma de pensar, de agir e de trabalhar, era reduzido a um incapaz, ou seja, a uma criança, era culpado por ter em sua subjetividade a diferenciação.

Nota-se que primeiro veio a “Grande Internação”, já trabalhada acima; com o advento da Revolução Francesa, os asilos passaram a ser especialmente para os loucos. Com os alienados já internados, cria-se então um espaço de observação da loucura, onde se podia olhar, escutar e testar a mesma. É nesse momento em que se inicia um estudo científico. Cria-se, então, um grande paradoxo, afinal:

[...] o mesmo lugar de abolição da loucura é aquele que lhe oferece um palco para aparecer e formular um discurso que é próprio, e é neste palco que começam a se desenvolver, então, as teorias médicas da cura da loucura. Diz Foucault: "No

silencio do internamento a loucura conquistou estranhamente uma linguagem que é sua". (GONÇALVES, 1998, p. 126)

O momento em que a loucura é excluída socialmente, separada até mesmo de outras formas de marginalidade, passa a levantar questionamentos sobre a liberdade, o que, antes, era uma consequência para a inadequação social, passa a ser um fundamento, uma essência para a loucura. Na verdade, a internação dos loucos apenas reflete uma intolerância conquistada em nível psicológico, transformando a loucura em uma "experiência de um confronto absoluto entre razão e desatino" e passando-se 'a um jogo sempre relativo, sempre móvel, entre liberdade e seus limites" (FOUCALUT apud GONÇALVES, 1998, p. 126-127).

Foi só no século XX, com as ideias de Freud, que se cria uma visão diferenciada dos conceitos de loucura e suas formações psíquicas. Freud traz um choque imenso à comunidade médica, ao desvencilhar a loucura de formações biológicas, atribuindo-lhe um universo subjetivo e simbólico. As ideias freudianas afirmam que os delírios seriam uma forma de dar sentido a uma experiência psíquica. Sendo assim, os delírios deveriam ser escutados e analisados, ao invés de puni-los ou corrigi-los. Antes, prevalecia a ideia de que todos devem ser iguais e aquele que se diferenciava da moral prevalecente, deve ser trazido para o caminho certo, deve ser tirado da desrazão e trazido para a razão. Agora, passa a ser questionado pela ideia freudiana de que não somos todos iguais, há muitas diferenças de um sujeito para outro, é preciso tratar do sofrimento decorrente da diferença, e não a excluir.

### 3.3 O surgimento da psicologia científica

Antes de aprofundar na constituição histórica da psicologia como ciência, importante destacar que esta nem sempre procurou se enquadrar nas ciências, ou melhor, a proposta de estudar o ser humano e seu aparelho psíquico surgiu antes mesmo do método científico proposto por Descartes.

O estudo sobre o pensamento humano surge na Antiguidade com os gregos. Alguns pensadores, como Platão e Aristóteles passaram a usar da filosofia para especular sobre o homem e sua interioridade. Nota-se que o próprio termo psicologia tem origem grega, *psyché*, que significa alma, e *logos*, que significa razão. Sendo assim, etimologicamente, psicologia significa "estudo da alma". Para tais filósofos o termo alma representava a interioridade do ser humano, ou seja, sua parte imaterial, assim como os pensamentos, os sentimentos, a irracionalidade, o desejo, a sensação e a percepção (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Após a Idade Média, durante a fase de consolidação do Estado moderno, a Europa passa a vivenciar uma época de grandes transformações, chamada de Renascimento ou Renascença. Nesse período, houve um grande desenvolvimento na produção de conhecimentos. Em 1543, Copérnico causa um grande choque quando afirma que a Terra não é o centro do universo, Galileu passa a estudar a queda dos corpos em 1610, assim como outros pensadores passaram a inovar o modo de conhecer o mundo (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Como resultado desse grande avanço intelectual, aparece a necessidade de sistematizar tais conhecimentos. O filósofo René Descartes (1596-1659) se tornará um dos grandes contribuidores para o avanço da ciência, propondo uma separação entre mente e corpo, no qual afirma que um corpo desprovido da mente é somente uma máquina, proporcionando que estudos anatômicos fossem realizados em um corpo humano morto, vez que, anteriormente, o corpo era protegido pela igreja por ser a essência da alma. Essa ideia de Descartes irá possibilitar o avanço do estudo da anatomia e da fisiologia, que serão fundamentais para o desenvolvimento da psicologia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Nesse momento, o conhecimento passa a ser regulado por métodos e regras básicas em que ele deveria se adequar para se tornar legítimo. Como visto ao longo deste trabalho, nessa época o mundo passava por uma uniformização cultural e, assim como ocorreu com a moeda, com o território e com os costumes, o conhecimento também deveria ser garimpado, ou seja, deveriam manter aquelas ideias que se enquadravam com a política da época, tornando ilegítimo outros conhecimentos que não se adequavam ao método científico de Descartes (europeu).

Em meio a esse grande desenvolvimento científico, surge a pesquisa da fisiologia, da neuroanatomia e da neurofisiologia, extremamente importantes para o desenvolvimento da psicologia, já que para entender melhor o psiquismo do ser humano, era necessário entender a máquina que o representa, o corpo humano.

A psicologia começa a ser admitida como ciência na medida que ela vai se afastando cada vez mais de suas origens, a filosofia. Em contrapartida, se aproximava cada vez mais da medicina, da neurologia e da anatomia, que se embasavam no método de investigação das ciências naturais como critério rigoroso de conhecimento.

Como resultado desse estudo, os comportamentos que não eram adequados socialmente e, por sua vez, considerados patológicos, eram detalhadamente descritos com a finalidade de desenvolver testes psicológicos para detectar os processos psíquicos do sujeito, visando identificar tendências psicopatológicas. Entretanto, na prática, os testes psicológicos

serviam para fornecer informações aos médicos, para que então eles chegassem a um psicodiagnóstico. Muitas vezes, estes testes possuíam informações orgânicas do sujeito, no qual, conciliando com os dados sintomáticos do mesmo, os médicos podiam desenvolver mais pesquisas a respeito de tal ou qual patologia.

O grande problema dessa abordagem era que, muitas vezes, as informações sintomáticas não correspondiam ao quadro apresentado pelo sujeito. Isso ocorre devido à desconsideração da subjetividade no modelo científico que estava em desenvolvimento. Ou seja, um sujeito com certo quadro patológico pode ser estudado com o objetivo de desenvolver um teste direcionado aos seus sintomas, entretanto, o mesmo não irá ocorrer com outro sujeito, vez que cada indivíduo desenvolve sua subjetividade e, portanto, seus costumes de acordo com a relação deste único indivíduo com seu ambiente social. Sendo assim, fica claro que um teste criado por meio da observação imparcial e experimentação com um indivíduo não servirá da mesma forma para outros indivíduos. Além disso, muitas vezes, os mesmos sintomas poderiam ser originados de causas diferentes, ou ao contrário, a mesma causa pode resultar em sintomas diferentes (LOPEZ, 2006).

Na medida em que a psicologia ganhava investimentos e se tornava mais autônoma, ela era diretamente vinculada ao poder estatal, servindo, principalmente, como um mecanismo de manutenção e engrandecimento do Estado moderno norte americano.

O psicólogo, ao atuar em instituições, encontram-se frequentemente submissos às orientações institucionais diversas dos interesses de sua profissão. Com isso, o psicólogo é frequentemente pressionado a servir os interesses da instituição para qual está prestado serviço, por meio de regimentos internos ou de burocracias institucionais que limitam a área de atuação do profissional, determinando a produção, o local, a hora e até mesmo o material a ser usado por eles.

#### **4 UMA ANÁLISE CRÍTICA DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

A história do *surgimento da psicologia científica* disposta no tópico anterior é uma análise linear e característica dos livros da disciplina de Psicologia em geral. A maioria desses textos estão direcionados ao estudo desta disciplina e, em consequência, estão ligados à formação profissional dessa categoria, ou seja, são análises históricas ligadas, de uma forma ou de outra, a instituições de ensino e a reprodução do método de atuação dos psicólogos.

Dessa forma, Nikolas Rose (2011) propõe em seu livro "Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade" uma história crítica da psicologia, realizando uma análise sobre a forma que foi estabelecido aquilo que consideramos verdades. Nas palavras do autor:

A história crítica perturba e fragmenta, revela a fragilidade daquilo que parece sólido, a contingência daquilo que parecia necessário, as raízes mundanas e cotidianas daquilo que se pretende nobre e grandioso. Ela nos permite pensar contra o presente, no sentido de explorar seus horizontes e suas condições de possibilidade. Seu objetivo não é predeterminar o julgamento, mas torná-lo possível (ROSE, 2011, p. 65).

Portanto, a intenção do autor é de mostrar que os textos oficiais da história científica têm o objetivo de construir uma perspectiva da presente realidade da disciplina, atuando de forma essencial na formação e treinamento dos futuros profissionais. Essas narrativas organizadas diante de uma ordem cronológica trazem a ideia de uma tradição contínua de pensadores que estudam os fenômenos que caracterizam o objeto de estudo de tal ou qual ciência. Com isso, os trabalhos desses pensadores são organizados de maneira que formem uma única linha cronológica de raciocínio, atingindo assim um progresso em relação ao objeto de estudo.

Rose (2011, p. 66) utiliza do termo "*história recorrente*", de Georges Canguilhem, para definir essa estrutura linear de história, afirmando que as histórias recorrentes atuam de maneira constitutiva em grande parte dos discursos científicos, uma vez que elas atuam de forma a evidenciar os difíceis avanços e os fracassos da pesquisa científica em questão, destacando os obstáculos culturais e profissionais que foram enfrentados, os experimentos fundamentais e as descobertas geniais que foram realizadas. Por outro lado, há aquela história que é negligenciada, composta por caminhos falsos, cheia de erros e ilusões que levaram o conhecimento a um desastroso desvio do progresso científico. Dessa forma, as instituições de ensino atuam de forma a evidenciar um caminho adequado para o profissional se desenvolver, usando do passado para autenticar o regime de verdade que é contemporâneo para a disciplina.

Na visão do autor, as histórias recorrentes, ao narrar o passado de certa disciplina, procuram não somente estabelecer o presente, mas também, modelar o futuro. Por outro lado, Rose (2011) nos alerta que essas histórias centradas no presente devem ser analisadas tanto como uma alegação quanto como um problema. Uma alegação no sentido de que não se deve taxar tal história como um mito, nem mesmo como uma reflexão, mas, por outro lado, analisar a maneira como ela influencia e o papel que ela tem dentro das disciplinas atuais; assim como deve-se atentar tais histórias como um problema no sentido de que não devemos, nós mesmos,

analisar tais histórias como uma base concreta de investigação do passado. Nesse sentido, o que hoje se considera extravagante, desonrado ou até mesmo marginalizado na história, na época em que foi escrito ou praticado, era natural, normal e respeitável. Dessa maneira, Nikolas Rose (2011, p. 67) propõe: "Ao invés de marginalizar esses textos do passado a partir do ponto de vista do presente, faríamos melhor ao questionar as certezas do presente, atentando para tais margens e para o processo de sua marginalização."

#### 4.1 Formas de constituição da verdade

Diante dessa linha de pensamento, Nikolas Rose (2011, p. 78-79) irá trazer os estudos de Gaston Bachelard em sua obra "*O novo espírito científico*", no qual o autor propõe que o objeto de conhecimento das ciências em geral é construído, ou seja, a ciência não é uma simples reflexão das experiências vividas, ela procura através de instrumentos técnicos reproduzir o que já foi observado. Portanto, Bachelard afirma que a ciência não deve ser vista como uma fenomenologia, e sim como uma "*fenomenotecnologia*".

Sendo assim, a experimentação constitui o processo pelo qual as teorias são materializadas através de instrumentos técnicos. O paradigma científico implica que os fenômenos devem ser selecionados, filtrados e moldados por instrumentos técnicos. Mas, "[...] de fato, pode perfeitamente ocorrer que sejam os instrumentos que produzam os fenômenos. E os instrumentos não são nada além de teorias materializadas" (BACHELARD apud ROSE, 2011, p. 79). O que o autor pretende com tal afirmação não é desconstruir a ciência para então desmoralizá-la, mas, apenas, defini-la, de forma que deixe claro que a própria ciência surgiu de uma revisão criteriosa dos fenômenos cotidianos, alertando para o erro de atribuir a razão científica somente aos dados técnicos adquiridos, limitando a imaginação científica.

Para Bachelard, não se pode dizer que a realidade científica está em concordância com o pensamento cotidiano, vez que sua objetividade é conquistada e não trazida por experiências cotidianas. Portanto:

A realidade científica contemporânea - e isto vale tanto para uma ciência como a Psicologia quanto para qualquer outra - é o resultado inevitável das categorias que nós usamos para pensá-la, das técnicas e procedimentos que usamos para evidenciá-la, das ferramentas estatísticas e dos modos de comprovação que usamos para justificá-la. (ROSE, 2011, p. 80).

Ao propor o pensamento crítico acima, não tenho como objetivo aprofundar muito nas técnicas científicas de construção da verdade. Até mesmo porque o próprio raciocínio

bachelariano se mostra insuficiente para lidar com a construção da objetividade psicológica. Dessa forma, a proposta da ciência como uma fenomenotécnica se limita somente a uma das teorias da construção do que é aceito como verdade.

A partir disso, Rose (2011) irá afirmar que a verdade não é somente produto da construção, mas também da contestação. Dessa forma, o autor irá trazer os estudos de Foucault sobre regimes de verdade, no qual afirma que existem batalhas pela verdade, em que argumentos, evidências, resultados, *status*, entre outros, são usados como recursos na tentativa de convencer terceiros a acreditarem em tal ou qual teoria, forçando-a no sentido de tornar-se verdadeira. Em contrapartida, grupos sociais com argumentos, crenças, teorias e evidências diferentes são excluídos, e não são aceitos para fazerem parte da verdade. Para evidenciar isso, basta lembrar da primeira parte deste trabalho, em que o processo de construção do Estado moderno estabeleceu padrões de crenças, costumes e teorias em detrimento de outros padrões sociais.

Além disso, percebe-se, hoje, a eterna batalha entre as psicologias e a psicanálise para estabelecer uma única verdade psicológica. Contudo, pode-se dizer que essas batalhas pela verdade não são necessariamente abstratas, afinal, a verdade se materializa de uma forma ou de outra através de práticas ideológicas. Assim, como já foi estudado anteriormente sobre os aparelhos ideológicos de Estado, em que estes se manifestam materialmente pelas atitudes dos sujeitos que creem no mesmo, assim como no momento em que a verdade é aceita como tal, ela passa a se manifestar através das atitudes das pessoas. Sendo assim, para que algo seja aceito como verdadeiro é necessário que fatos e argumentos sejam autorizados a fazer parte de aparatos intelectuais como periódicos acadêmicos, conferências, entre outros mecanismos responsáveis pela divulgação e pela legitimação da verdade.

## **4.2 A disciplinarização da psicologia**

O processo de disciplinarização da psicologia está diretamente conectado com a possibilidade de estabelecer as alianças necessárias para a construção do conhecimento psicológico. Para que se estabelecesse uma verdade psicológica, era necessário incorporar à teoria certas normas e valores de natureza técnica. Os mais significantes foram a *estatística* e o *experimento*, que serão os responsáveis por materializar a teoria, para que, então, se possa estabelecer uma verdade psicológica que irá servir como retórica para convencer outros agentes a "traduzir" tal conhecimento (ROSE, 2011).

Como visto anteriormente, no fim do século XIX, a psicologia passou a abandonar suas gêneses filosóficas, se aproximando mais das ciências, especialmente da medicina, criando seus primeiros laboratórios, periódicos e sociedades psicológicas. Acontece que os aparelhos técnicos e instrumentais que a psicologia passou a usar para demonstrar e fundamentar suas proposições teóricas irão limitar seu próprio espaço de pensamento psicológico. Ou seja, foi necessário que "[...] a Psicologia abrisse mão de seus modos prévios de justificativa e adotasse 'técnicas de verdade' já estabelecidas em outros domínios do conhecimento positivo." (ROSE, 2011, p. 87).

Portanto, as duas técnicas de verdade predominantes para a disciplinarização da psicologia, foram a estatística e o experimento. Ambas atuaram estabelecendo alianças com outras disciplinas já positivadas, e foram as responsáveis por unir a teoria e a técnica, recapitulando as ideias de Bachelard sobre "fenomenotécnicas" já trabalhadas anteriormente.

### 4.3 Epistemologia psicológica

As raízes epistemológicas da psicologia se mostram um tanto quanto frágeis ao compararmos esta com o campo da fisiologia ou da anatomia. O objetivo aqui não é fazer uma análise comparativa entre uma e outra, até mesmo porque não há muito o que comparar. Afinal, como já visto, anteriormente, a própria fisiologia e anatomia que disponibilizarão um espaço para o crescimento da psicologia científica, ou seja, tanto a fisiologia como a anatomia já serviram de base de estudo para se desenvolver uma ideia psicológica.

Diante disso, a proposta não é aprofundar nas disciplinas que positivaram a psicologia como ciência ou como disciplina, mas, por outro lado, analisar como essa epistemologia sofre mudanças de acordo com o meio que ela está inserida. Sendo assim, pode-se dizer que em muitos aspectos a epistemologia psicológica é institucional, ou seja, "[...] as regras que governam o que pode contar como conhecimento são, elas próprias, estruturadas pelas relações institucionais nas quais elas tomaram forma." (ROSE, 2011, p. 91).

Ao fazer uma análise das instituições nas quais se localizavam os espaços problemáticos que mais tarde seriam racionalizadas, teorizadas e taxadas pelos profissionais da psicologia como doença, demência ou neurose, eram espaços *normativos* (ROSE, 2011), ou seja, instituições como a família, a fábrica, as prisões, os manicômios e as escolas possuem a característica comum de serem instituições com suas próprias normas e costumes já estabelecidos. Portanto, para que o psicólogo ganhasse espaço dentro dessas instituições, era necessário que esses profissionais seguissem o foco de atuação estabelecido pelas instituições,

seguindo certas demandas específicas que visam a classificar, policiar, educar e taxar os fenômenos que aparecem no interior de tal ou qual instituição, e, dessa forma, a psicologia desenvolveria suas técnicas e teorias, de acordo com o objeto de estudo estabelecido pelas instituições.

Portanto, nota-se que a psicologia conseguiu se disciplinarizar por meio do estudo e da codificação de atitudes problemáticas da conduta individual dos sujeitos dentro das instituições de regulação, administração, punição e cura, nas quais, atuavam como aparelhos ideológicos ou repressivos do estado moderno. Foi atuando em favor dessas instituições que a psicologia conquistou aliados para que traduzissem suas ideias e consolidassem uma verdade psicológica. Em outras palavras, as ideias e definições de personalidade, emoções, inteligência e assim por diante, somente seriam consideradas como verdade na medida em que atendessem as demandas de regulação das instituições e das autoridades da mesma.

Acontece que da mesma forma na qual o objeto de pesquisa da psicologia era limitado pelas instituições, assim como a própria prática psicológica era moldada por elas, a psicologia ao teorizar, simplificar e taxar os problemas do ser humano, atuava limitando e moldando as próprias normas institucionais, nas quais, vale dizer, eram formuladas e criadas pelo objeto de estudo psicológico, o ser humano. Dessa forma, a psicologia não fornece somente novas técnicas e teorias para as autoridades institucionais atuarem com propriedade perante seus subordinados, mas, ao atribuir uma racionalidade a estas atividades cotidianas, a psicologia passa a englobar todos os modos de agir do ser humano dentro de um só campo teórico e positivo, resultando em uma transformação da própria noção de autoridade e do poder exercido por estes.

Além disso, a psicologia tem atuado de forma fundamental na criação de novos problemas sociais, nos quais as autoridades sociais têm ganhado espaço para atuar com firmeza nessas áreas. Os exemplos mais notórios disso são a criação do conceito de normalidade, que se tornou objeto de tutela dos especialistas, e a ideia da periculosidade que, por sua vez, tem sido objeto de fundamentação de diversas ideias, assim como a proibição de substâncias que podem desencadear uma doença mental, ou até mesmo instituir formas adequadas para os sujeitos viverem suas vidas pessoais (ROSE, 2011).

Por fim, como analisado anteriormente, a psicologia passou a integrar sistemas já existentes de autoridade, como o comandante do exército, o diretor da escola, a gerência da indústria, o carcereiro da prisão, o magistrado, entre outras autoridades institucionais ligadas ao estado moderno que passaram a ser modificadas pela disciplina psicológica. Entretanto, essa mudança na forma de liderar tais instituições modernas não se deu no âmbito de controlar

e impor obediência e lealdade, pelo contrário, o grande diferencial da psicologia é ser capaz de mudar a forma como os próprios sujeitos governam a si próprios. Ou seja, não se trata mais de uma intervenção autoritária para policiar a conduta, agora a intervenção é na individualidade dos próprios sujeitos, se trata de aprimorar a capacidade dos prisioneiros, das crianças em escolas, dos soldados e dos trabalhadores na forma de compreender e lidar com as próprias condutas. Dessa forma, o poder exercido sobre as pessoas não é mais um poder explícito, autoritário, e sim um poder implícito, que atua no interior de cada sujeito de formas terapêuticas, visando a ensinar cada um a se policiar, a ser autoritário consigo próprio para que, assim, se enquadrem em um modelo ideal de se viver em sociedade. Afinal, "[...] a forma mais poderosa de agir sobre as ações dos outros é mudar as formas pelas quais eles governam a si próprios." (ROSE, 2011, p. 95).

Finalmente, o terceiro aspecto dessa *techne* psicológica diz respeito à *Ética*, no qual diversos discursos, técnicas e sistemas em formação almejam atuar de forma minuciosa nas condutas da psique humana, ou melhor, nos comportamentos e na subjetividade do ser humano que, por sua vez, estão inclusos no conceito de ética. Por muitos anos a psicologia tem desenvolvido diferentes teorias sobre os costumes, orientações pedagógicas ou trabalhistas, práticas reformatórias para os marginalizados ou anormais, objetivando moldar e instituir práticas sociais e emocionais para alcançar uma estabilização na forma de se pensar e praticar a ética (ROSE, 2011).

## 5 CONCLUSÃO

Conforme estudado, nota-se que o contexto de surgimento do Estado moderno se baseia em um notável conflito entre classes. Aqueles que eram oprimidos na época passaram a se revoltar com as condições impostas a eles, o que deixou a classe dominante insegura e gerou uma aliança entre monarca, clero, nobreza e burguesia, com o intuito de centralizar o poder e atuar de forma incisiva e intolerante com aqueles que estavam insatisfeitos.

Nesse momento, criou-se uma representação para a unificação desse poder, que consiste na ideia de Estado moderno, no qual só se podia fazer parte aqueles que tivessem uma identificação com os ideais religiosos, políticos e econômicos dessa classe dominante. Aqueles que não fizessem parte de tais interesses seriam massacrados, oprimidos e expulsos do novo território nacional.

Para que o Estado tivesse uma força repressora, ele precisava contar com os denominados aparelhos repressivos de Estado, bem como os aparelhos ideológicos de Estado.

O primeiro é exemplificado com a criação do exército nacional e, principalmente, com o surgimento dos presídios e manicômios, que tiveram papel fundamental na exclusão daqueles que não eram úteis para os interesses estatais.

Essa lógica disposta acima, seria sutilmente mudada com o advento da revolução científica. Com o surgimento da razão como único meio plausível de se justificar os fenômenos, a igreja perde força junto com o próprio rei, oportunidade perfeita para a burguesia iniciar suas revoluções e instaurar o Estado constitucional que resguardaria, agora, os interesses da única classe dominante, a burguesia. Além disso, tal movimento científico foi responsável por livrar todos aqueles que estavam encarcerados nos asilos por serem de desinteresse do comércio. Entretanto, aqueles sujeitos considerado loucos ainda eram vistos como perigosos para a sociedade, o que seria objeto de estudo da ciência, que mais tarde seria embasamento para a criação das psicociências.

O Estado passou a ser reconhecido como soberano na medida em que este fosse capaz de manter a ordem e a boa convivência entre as pessoas e os bens de sua soberania. Mas para que o Estado pudesse interferir na subjetividade das pessoas, era preciso contar com diferentes cálculos e técnicas racionais, para que assim pudessem desenvolver métodos de interferência na vida dos indivíduos e da população como um todo. (ROSE, 2011).

Nota-se que a ciência foi fundamental para a legitimação dos interesses da burguesia, o que resultaria em uma aliança entre estes dois grupos sociais para que ambos os interesses prevalecessem. Dessa forma, a ciência passaria a trabalhar em prol da burguesia, que por sua vez iria dar legitimidade aos conceitos científicos através da aplicação e reprodução de teorias e técnicas nas formas de governar o Estado.

Sendo assim, a partir de meados do século XIX em diante, a psicologia passou a conquistar espaço entre as ciências, sendo *disciplinarizada*. Acontece que para se consolidar como uma verdade, era preciso que a psicologia fizesse alianças, não somente com a classe dominante do poder estatal, mas também com vários outros aparelhos repressivos e ideológicos de Estado. Afinal, só com a consolidação de alianças capazes de *traduzir* os conceitos e técnicas psicológicas é que se pode ganhar o *status* de verdade. (ROSE, 2011).

Acontece que para psicologia se estabelecer como verdade, ela tinha que disponibilizar um conjunto de técnicas e práticas capazes de controlar e modelar a população e seus indivíduos. Afinal, para constituir as alianças necessárias era preciso se mostrar capaz de atuar em prol dos interesses de seus aliados. Em consequência, a formação dessa aliança foi responsável por desenvolver um conhecimento positivo sobre o sujeito, proporcionando um

conjunto de qualificações a respeito da raça, sexo, patologia, inteligência e caráter dos indivíduos.

Apesar dessas considerações se referirem a um passado recente, ainda é possível notar a atuação da psicologia em favor dos interesses burgueses de comércio. Primeiramente, a psicologia, ainda hoje, é uma disciplina em formação, seus estudos ainda estão sendo aprofundados e modelados à realidade do século XXI. Além disso, dentro da própria disciplina ainda há o conflito de verdades, a psicologia é dotada de dezenas de abordagens diferentes, com teóricos distintos.

A psicologia não conseguiu estabelecer uma verdade própria da disciplina, afinal, ela é composta por diversas abordagens diferentes que afirmam verdades diferentes de acordo com as alianças estabelecidas por cada uma delas. Isso nos remete de volta a meados do século XIX, em que a psicologia produzia uma pluralidade de conceitos e técnicas que disputavam entre si para estabelecer uma verdade. Portanto, se percebe que o ocorrido no passado ainda é uma realidade para a disciplina. Ainda se buscam alianças para formalizar uma só verdade psicológica, e tais alianças são realizadas com autoridades sociais que, por sua vez, alcançaram tal *status* por serem coerentes com os ideais capitalistas.

Em segundo lugar, a psicologia trabalha diretamente com a subjetividade das pessoas, proporcionando métodos, conceitos e técnicas para que estes sujeitos aprendam como gerenciar e policiar suas próprias vidas. Acontece que em uma sociedade capitalista o Estado deve respeitar, de qualquer forma, a individualidade dos sujeitos, ou seja, os espaços individuais como a família, o mercado, o ciclo social e assim por diante devem ser respeitados de acordo com a própria ideologia neoliberal. Entretanto, isso pode ser perigoso para o Capital, uma vez que este poderia perder o controle sobre certas escolhas individuais. Dessa forma, o Estado precisa de aliados para que controlem a individualidade dos sujeitos, sem que o poder público seja questionado por contradizer seus próprios ideais. Nesse momento é que as teorias psicológicas ganham muita força por serem capazes de controlar, policiar e moldar a subjetividade de cada indivíduo.

Sendo assim, a psicologia estabelece alianças na medida em que esta agrada os interesses neoliberais de controle do sujeito. Da mesma forma, a disciplina estabelece laços com os próprios indivíduos, uma vez que reafirma às pessoas a sua autonomia de escolha e desperta nos sujeitos o sentimento de que são livres para escolher, e, ao mesmo tempo, atua de forma particular com cada indivíduo para que este aprenda a gerenciar sua vida de acordo com os métodos e técnicas psicológicas, fazendo suas escolhas de forma consciente para a manutenção do quadro social e dos espaços individuais.

Em terceiro lugar, a psicologia pode atuar sobre o indivíduo de forma bastante sutil, interferindo em sua subjetividade para que as pessoas se tornem mais dóceis, para que aprendam meios de se controlar e serem aceitos em uma sociedade capitalista. Ao afirmarmos que os métodos psicológicos são sutis, queremos dizer que essa interferência na subjetividade é quase que imperceptível para o sujeito. Através de técnicas psicológicas o profissional é capaz de moldar aos poucos a forma em que o indivíduo se relaciona com a sociedade. Outra observação que se faz dessa interferência sutil nas pessoas diz respeito, especialmente, à psiquiatria, que atua predominantemente por meio de remédios psicoativos capazes de anestesiarem as angústias e revoltas que as pessoas têm ao lidar com o capitalismo selvagem presente nos cenários sociais modernos.

Por fim, gostaríamos de deixar claro que o objetivo deste trabalho não é um ataque à psicologia, muito menos dizer que esta serve somente para adequar as pessoas ao modo de produção capitalista. É importante ressaltar o potencial libertador da Psicologia e da Psicanálise. Ao proporcionar uma desconstrução crítica da disciplina, torna-se possível compreender melhor o papel social que esta tem exercido. Auxiliando no desocultamento das formas de constituição da disciplina, é possível oferecer um pouco do embasamento necessário para desenvolver novas teorias e técnicas capazes de remodelar a atuação do psicólogo. Afinal, como visto ao longo destes estudos, a psicologia tem se tornado cada vez mais essencial para o ser humano desenvolver métodos de se conhecer melhor e, por meio desse conhecimento, aprender a lidar com suas angústias e revoltas diante da complexidade da existência humana.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

ANDERSON, B. R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

FOUCAULT, M. **História da loucura**: na idade clássica. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013.

MAGALHÃES, J. L. Q.; MAGALHÃES, H. B. A psicologia e o Direito como mecanismos do Estado moderno

GONÇALVES, L. M. N. Uma morte anunciada: considerações sobre a assistência no Instituto de Psiquiatria a partir da análise de um caso. **Cadernos do IPUB**, n. 12, p. 124-130, 1998.

HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LOPEZ, M. A. Contexto geral do diagnóstico psicológico. In: TRINCA, W. **Diagnóstico psicológico: a prática clínica**. São Paulo: E.P.U, 2006. p. 01-13.

MAGALHÃES, J. L. Q. de. **Estado plurinacional e direito internacional**. Curitiba: Juruá, 2012.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZIZEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.